

## Carta Conjunta CONDSEF-FENADSEF/SINDISERF-RS/CNASI-AN

Porto Alegre-RS, 23 de fevereiro de 2024.

**A Sua Excelência o Senhor  
LUIZ PAULO TEIXEIRA  
Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar -MDA  
E-mails: [gab.mda@mda.gov.br](mailto:gab.mda@mda.gov.br), [agendagm@mda.gov.br](mailto:agendagm@mda.gov.br)**

Excelentíssimo Senhor Ministro,

A **CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - CONDSEF**, a **FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - FENADSEF**, o **SINDICATO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL - SINDISERF** e a **Associação Nacional dos Servidores Públicos Federais Agrários - CNASI**, entidades sindicais legalmente constituídas, representantes dos servidores públicos federais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Ministério da Reforma Agrária e Agricultura Familiar - INCRA/MDA, vêm, respeitosamente, apresentar à Vossa Excelência carta dos referidos servidores:

Primeiramente, queremos reafirmar a atualidade e necessidade de realização da Reforma Agrária, enquanto uma demanda constantemente cobrada pela sociedade ao Governo, que vem sendo declarada como prioridade pelo Presidente Lula e que tem no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) o seu executor. Recentemente, essa necessidade ficou evidenciada no anúncio do projeto *Prateleira de Terras*, que visa qualificar o cumprimento da função social da terra e facilitar a realização da Reforma Agrária no Brasil. Igualmente, destacamos a importância do Ordenamento Fundiário e da Regularização Fundiária, que são prerrogativas do Incra decisivas para o desenvolvimento rural sustentável, redução das desigualdades socioeconômicas e fundiárias, acesso à terra e melhorias da qualidade da vida no campo.

O Incra tem por missão atender agricultores familiares, beneficiários do Programa de Reforma Agrária, que hoje totaliza quase um (1) milhão de famílias, que ocupam oitenta e sete (87) milhões de hectares – 10,2% do território nacional, em 9.432 projetos de assentamento. Os servidores do Incra executam a Política de Reforma Agrária em 44% (quarenta e quatro por cento) do território nacional, com 374 milhões de hectares, onde, nos últimos 3 anos foram emitidos 26 milhões de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR), além das atribuições de fiscalizar e regularizar ocupantes de terras públicas. Igualmente, possui a atribuição de titulação das terras de quilombos, a desintrusão de ocupações indevidas em terras indígenas, bem como executar as políticas de desenvolvimento para os projetos de assentamentos, políticas de créditos, de habitação e de educação do campo.

Notoriamente, o cumprimento a contento de sua missão, passa pela reestruturação organizacional do Incra e, também, pela valorização dos seus servidores e reestruturação de suas carreiras. No entanto, apesar do compromisso e dedicação dos servidores, estes convivem com uma defasagem

salarial histórica, sendo uma das menores remunerações do Poder Executivo Federal. O que fica evidenciado neste momento no edital do Concurso Nacional Unificado. Percebemos a menor remuneração da Esplanada. Além da insatisfação generalizada dos servidores, essa diferença salarial impacta também, de forma negativa, na adesão de novos servidores, quando da realização de concursos públicos, uma vez que sem uma remuneração em níveis compatíveis com as demais carreiras, a tendência é que esses trabalhadores não permaneçam na Instituição.

Como exemplo dessa disparidade salarial, nos editais de Concurso Unificado da União, recentemente publicados pelo MGI, constata-se no Bloco I, que trata da seleção do cargo de Engenheiro Civil -Engenharia Elétrica, que o salário inicial no IBGE R\$ 8.453,00 e no INCRA, para o mesmo cargo, a remuneração inicial é de R\$. 5.212,00.

Em 2023 houve a instalação da Mesa de Negociação Setorial do Incra no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI. A primeira reunião ocorreu no dia 30 de outubro, na qual foram recepcionadas nossas demandas de reestruturação das carreiras, e, até o momento, estamos aguardando a resposta ao nosso pleito. Em 09 de janeiro deste ano, após a audiência de Vossa Excelência com Ministra Esther Dweck, que também contou com a presença do Presidente do Incra, o MGI definiu que a próxima reunião da Mesa Incra/MDA, seria no dia 14 de março, quase seis meses após a primeira reunião e mais de dois meses após a audiência.

Essa situação causa preocupação com o atendimento das nossas pautas, uma vez que, nesse período, outras categorias de servidores públicos federais têm sido recepcionadas e suas demandas atendidas, por meio da celebração de acordos de reestruturação de suas carreiras. Outro fato que justifica essas preocupações são as informações divulgadas pelo Governo, sobre a limitação dos recursos orçamentários para reestruturação de carreiras dos Servidores Públicos Federais, em 2024.

O fortalecimento do Incra e a reestruturação de suas carreiras vem ao encontro de outras entidades públicas e da sociedade civil organizada, externando suas preocupações e seu apoio em favor da necessidade de realização da Reforma Agrária anunciada pelo Governo do Presidente Lula. Confiamos na missão do Incra e temos certeza de que, para fortalecer o órgão, garantir o cumprimento de suas prerrogativas baseadas na obrigação constitucional da função social da terra, é necessário, urgentemente, valorizar os seus servidores e suas servidoras. A despeito de um derradeiro esvaziamento do órgão.

Como exemplos de manifestações de apoio ao fortalecimento do Incra e à reestruturação de suas carreiras estão a “*Carta Aberta Do Compromisso Do MST Com A Luta e o Povo Brasileiro*”- destacando a Reforma Agrária como uma ação estruturante e estratégica para combater diversas mazelas econômicas e sociais do País; **a Moção de Apoio**, dos Superintendentes Regionais do Incra; além de integrar a **pauta da Marcha das Margaridas**, entregues ao Governo em 2023, que traz como destaque no Eixo 7 – Democratização do acesso à terra, “Reestruturar, fortalecer e garantia de recursos (com especial atenção à recomposição no ano de 2023) para o pleno funcionamento do Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária.”

Por todo exposto, vimos REQUERER providências de Vossa Excelência junto ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no sentido de garantir o atendimento satisfatório das demandas dos servidores na Mesa Setorial de Negociação, se possível antes do dia 14 de março, como condição imprescindível ao fortalecimento do INCRA e à realização da Reforma Agrária.

Solicitamos, igualmente, a realização de uma reunião entre o MDA, com sua presença, e os servidores do Inca; preparatória à segunda reunião de negociação a ser realizada no MGI.

Atenciosamente,

Respeitosamente,



**Sérgio Ronaldo da Silva**  
CONDSEF/FENADSEF

gov.br

Documento assinado digitalmente  
ELEANDRA RAQUEL DA SILVA KOCH  
Data: 22/02/2024 20:09:42-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Eleandra Raquel S. Kock**  
SINDISERF-RS

**Reginaldo M. F. Aguiar**  
CNASI-AN